

**CARTILHA LGPD**

ORIENTAÇÕES  
E BOAS PRÁTICAS



**PROTEÇÃO  
DE DADOS  
PESSOAIS**

MINISTÉRIO DA  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA  
E INOVAÇÃO

GOVERNO DO  
**BRASIL**  
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**

Secretaria-Executiva

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais

CARTILHA DE ORIENTAÇÕES E  
BOAS PRÁTICAS

**PROTEÇÃO  
DE DADOS  
PESSOAIS**

2ª Edição

Setembro de 2025

## SUMÁRIO

DIREITO À PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS .....	04
ATORES DA LGPD .....	05
DIREITOS DO TITULAR .....	06
TRATAMENTO DE DADOS .....	07
LAI E LGPD .....	08
DADOS PESSOAIS NO SEI .....	09
TARJAMENTO DE DADOS PESSOAIS .....	10
PUBLICAÇÃO DE CONTEÚDOS .....	11
USO DE COMPUTADORES E FERRAMENTAS .....	12
IMPRESSÃO E DESCARTE DE DOCUMENTOS .....	13
PRIVACIDADE DESDE A CONCEPÇÃO E POR PADRÃO .....	14

A [Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais \(LGPD\)](#), dispõe sobre o tratamento de dados pessoais e tem como objetivo proteger os direitos de liberdade, privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

Com a [Emenda Constitucional nº 115, de 10 de fevereiro de 2022](#), a proteção de dados pessoais passou a pertencer ao rol dos direitos e garantias fundamentais ([art. 5º, LXXIX](#)): ***“é assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais”.***

### São exemplos de dados pessoais:

- Número de documentos de identificação pessoal (RG, CPF, título de eleitor, matrícula etc.);
- Endereço residencial;
- Telefone residencial;
- Carteira funcional;
- Passaporte;
- Estado civil;
- Data de nascimento;
- Entre outros.



- E-mail pessoal; Informação financeira e patrimonial;
- Informação médica;
- Origem social, racial ou étnica;
- Filiação sindical ou à organização de caráter religioso, filosófico ou político;
- Dado biométrico (imagem, digitais etc.).

### Titular de dados pessoais

É toda **pessoa natural** a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.



Titular

### Agentes de Tratamento

São aqueles que podem ter alguma ação no tratamento de um incidente que coloque em risco a segurança dos dados pessoais, tais como:

**Controlador:** responsável por tomar as principais decisões referentes ao tratamento de dados pessoais, bem como por definir a sua finalidade e os elementos essenciais desse tratamento.

**Operador:** responsável por realizar o tratamento dos dados em nome do controlador, seguindo a finalidade delimitada por ele, podendo definir elementos não essenciais do tratamento, como medidas técnicas.



### Encarregado

Pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como **canal de comunicação** entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).



Encarregado



ANPD

### Autoridade Nacional de Proteção de Dados

A **ANPD** é uma autarquia de natureza especial, que tem como missão zelar pela proteção de dados pessoais orientada pela [LGPD](#).

A [LGPD](#) estabeleceu uma estrutura legal que empodera os titulares de dados pessoais, fornecendo-lhes direitos a serem exercidos perante os controladores de dados.

Esses direitos devem ser **garantidos durante toda a existência do tratamento dos dados pessoais do titular** realizado pelo Ministério. Entre os direitos estabelecidos pela [LGPD](#) podemos citar:

- **Confirmação de existência de tratamento;**
- **Acesso a seus dados pessoais;**
- **Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;**
- **Revogação do consentimento;**
- **Entre outros.**

O tratamento dos dados pessoais deve levar em conta os seguintes princípios:

- |                       |                       |
|-----------------------|-----------------------|
| • FINALIDADE          | • SEGURANÇA           |
| • ADEQUAÇÃO           | • PREVENÇÃO           |
| • NECESSIDADE         | • NÃO DISCRIMINAÇÃO   |
| • LIVRE ACESSO        | • RESPONSABILIZAÇÃO   |
| • QUALIDADE DOS DADOS | • PRESTAÇÃO DE CONTAS |
| • TRANSPARÊNCIA       |                       |

**Você também possui esses direitos!**

## TRATAMENTO DE DADOS

O tratamento de dados pessoais é qualquer atividade que envolva dados pessoais. **Cuidado com os dados pessoais que você trata.** A LGPD traz diretrizes sobre o adequado tratamento de dados pessoais.

Você precisa se atentar às boas práticas quanto ao tratamento de tais dados, sejam aqueles pertencentes a **usuários do serviço público** ou até mesmo os **seus próprios dados pessoais**.



O ciclo de vida do tratamento tem **início com a coleta do dado e se encerra com a eliminação ou descarte**. Cada fase do ciclo de vida tem correspondência com operações de tratamento definidas na [LGPD](#):



O tratamento inadequado de dados pessoais pode acarretar em **sanções administrativas, civis e penais**, inclusive na responsabilização de agentes públicos ([§ 2º, art. 52 LGPD](#)).

A [Lei de Acesso à Informação \(LAI\)](#) e a [Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais \(LGPD\)](#) são complementares, e não conflitantes. Ambas têm como objetivo promover a transparência e proteger direitos fundamentais, mas atuam em esferas diferentes.



A [LAI](#) garante o acesso à informação pública, fortalecendo a transparência administrativa e o controle social.

A [LGPD](#) assegura a proteção dos dados pessoais, promovendo o direito à privacidade e à autodeterminação informativa.

As decisões que tratam da publicidade de dados de pessoas naturais, relativas a pedidos de informação e respectivo recursos, devem ser fundamentadas nos [arts. 3º e 31 da LAI](#), conforme [Enunciado CGU nº 4, de 10 de março de 2022](#).

Com relação a pedidos de **acesso a informações**, é importante destacar que o servidor público deve tratar os dados pessoais antes de disponibilizá-los, garantindo o **equilíbrio entre a LAI e LGPD**.

O [Enunciado CGU nº 12, de 03 de fevereiro de 2023](#), especifica que o fundamento “informações pessoais” não pode ser utilizado de forma geral e abstrata para se negar pedidos de acesso a documentos ou processos que contenham dados pessoais, uma vez que esses podem ser tratados (tarjados, excluídos, omitidos, descaracterizados, etc) para que, devidamente protegidos, o restante dos documentos ou processos solicitados sejam fornecidos.





Na geração de documentos no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), atente-se ao **princípio da necessidade**, ou seja, colete ou insira somente os dados pessoais estritamente necessários para o alcance de sua **finalidade**.

Quando for necessário criar **processos ou documentos públicos**, ou disponibilizá-los a usuários externos, recomenda-se que o servidor proceda com a anonimização dos dados pessoais existentes, **promovendo o equilíbrio entre a transparência e a proteção dos dados pessoais**.

### Anonimização com digitação de “\*”

CPF: 000.000.000-00 ❌

CPF: \*\*\*.000.000-\*\* ✅

Matrícula: 00000000 ❌

Matrícula: \*\*\*\*\*000 ✅

Na geração de processos ou documentos, **atente-se à adequada classificação do nível de acesso** (público, restrito ou sigiloso). Quando houver o tratamento de dados ou informações pessoais o nível de acesso deve ser restrito sob umas das seguintes hipóteses legais:

- **Dados pessoais** ([Art. 23 c.c Art. 7º da Lei nº 13.709, de 2018](#)); ou
- **Informação Pessoal** ([Lei nº 12.527/2011](#), e [Decreto 7.724/2012](#)).

## TARJAMENTO DE DADOS PESSOAIS

O tarjamento de dados pessoais, **também conhecido como anonimização ou ocultação de dados**, é o processo de remover ou ocultar informações sensíveis de documentos ou arquivos digitais para que os dados não possam ser identificados ou rastreados até um indivíduo específico, garantindo a conformidade com a [LGPD](#).

O tarjamento **não é uma forma de ocultar informações públicas, mas sim uma medida de proteção específica e proporcional**, aplicada somente aos dados pessoais não essenciais para o atendimento ao interesse público.

Os benefícios do tarjamento estão diretamente ligados à proteção de informações sensíveis, à conformidade legal e à segurança das pessoas e instituições envolvidas.

O tarjamento de documentos pode ser realizado de 3 (três) formas:



Para documentos nativos/gerados no Sistema Eletrônico de Informações (SEI)



Para documentos em PDF



Para o tarjamento de documentos na própria Plataforma [Fala.Br](#), somente pelos responsáveis pelas demandas no sistema

Para realizar o tarjamento, acesse o [PASSO A PASSO PARA TARJAMENTO DE DADOS PESSOAIS](#).

A [LGPD](#) estabelece que você deve sempre respeitar a privacidade das pessoas e garantir que elas tenham **conhecimento e consentimento** para o uso de seus dados pessoais.

Nesse sentido, **é importante seguir algumas orientações para publicar conteúdos nos canais institucionais do Ministério** (gov.br, intranet, redes sociais, entre outros):

- **Obtenha Consentimento:** Antes de publicar qualquer informação pessoal, **peça autorização explícita da pessoa envolvida**. Explique claramente como os dados serão usados e onde serão publicados.
- **Avalie a Necessidade:** Pergunte-se se realmente é necessário divulgar essas informações. Sempre que possível, **evite compartilhar dados sensíveis ou que possam identificar alguém de forma indevida**.
- **Proteja os Dados:** Se for publicar informações, tome **cuidado para não expor detalhes que possam colocar a pessoa em risco**, como endereço completo, telefone, documentos ou dados bancários.
- **Respeite os Direitos:** A pessoa tem o direito de solicitar a retirada de suas informações a qualquer momento. **Esteja preparado para atender a esses pedidos de forma rápida e eficiente**.
- **Mantenha a Transparência:** **Seja transparente** sobre quem terá acesso às informações e por quanto tempo elas ficarão disponíveis.

***Seguindo essas orientações, você estará agindo de forma ética e legal, protegendo a privacidade das pessoas e evitando problemas futuros!***

Ao se ausentar da sua mesa, lembre-se de sempre **bloquear sua estação de trabalho**. Dessa forma você evitará que pessoas não autorizadas visualizem informações restritas, sigilosas ou confidências na tela do seu computador.



**Evite tirar prints, fotos ou gravar vídeos da tela** do seu computador ou de sua mesa de trabalho e encaminha-los por meio de redes sociais, pois podem haver **dados pessoais amostra** e estes são de sua **responsabilidade**.

Priorize a utilização de **ferramentas oficiais disponibilizadas pelo Ministério**, pois estas possuem recursos de segurança que mitigam **riscos de vazamentos de dados pessoais** e informações sensíveis protegidas legalmente.



**Sempre verifique a procedência de e-mails**, observando o cabeçalho e o conteúdo completo da mensagem. Nunca saia clicando de imediato em links e anexo da mensagem.

Ao **imprimir** documentos que contenham **dados pessoais**, lembre-se de **retirá-los** da impressora o mais breve possível.



Documentos **impressos** contendo **dados pessoais** devem ser **armazenados** em **locais seguros**. Quando deixá-los em sua mesa, por algum instante, lembre-se de **ocultar as informações de maneira que não seja possível identificá-las**, virando o anverso das folhas para baixo, por exemplo.

Quando for necessário **descartar** os documentos impressos atente-se em descaracterizar os dados pessoais. **Utilize a fragmentadora disponível nos corredores das dependências do Ministério.**



***A sua **credencial de autenticação** para liberação da impressão já é uma forma de **proteger os dados pessoais** contidos nos documentos impressos.***

**Privacidade desde a Concepção (*Privacy by Design*)** significa que a privacidade e a proteção de dados devem ser consideradas **desde a concepção e durante todo o ciclo de vida do projeto, sistema, serviço, produto ou processo**.

**É uma abordagem proativa para proteger a privacidade, que envolve a integração da privacidade em todas as etapas de um projeto, desde a concepção até a implementação e manutenção, promovendo a transparência, a confiança e o cumprimento da legislação de proteção de dados.**

Os agentes de tratamento devem implementar medidas adequadas para garantir que, por padrão, apenas serão processados os dados pessoais necessários para cumprimento da(s) finalidade(s) específica(s) definida(s) pela instituição que desempenha o papel de controlador dos dados pessoais.

Já a **Privacidade por Padrão (*Privacy by Default*)** está diretamente relacionada ao **princípio da necessidade**, onde o tratamento é limitado ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados.

**Quando a necessidade ou uso de dados pessoais não forem claros, deve haver uma presunção de privacidade e o princípio da precaução deve ser aplicado. Dessa forma, as configurações padrão devem ser as de maior proteção à privacidade.**

# ORIENTAÇÕES E BOAS PRÁTICAS PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS



Acesse a página  
[LGPD | MCTI](#)



[Acesse os Guias e  
Cartilhas do MCTI](#)



Dúvidas ou  
sugestões

Envie uma mensagem para:

[encarregado.lgpd@mcti.gov.br](mailto:encarregado.lgpd@mcti.gov.br)

MINISTÉRIO DA  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA  
E INOVAÇÃO

